

De 08/07/2021 a 12/08/2021

ConsulcampNews

As principais alterações na legislação



consulcamp
DESDE 1976



Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS/Cofins

- ❖ Publicado o acórdão do STF que dispõe sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS
- ❖ Desembargador afasta modulação e aceita restituição em caso sobre ICMS na base do PIS/COFINS
- ❖ IBRACON emite circular com orientações sobre a execução dos procedimentos de auditoria relativos ao tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS
- ❖ Petição no RE 574706 do STF - ICMS na BC do PIS/COFINS

Publicado o acórdão do STF que dispõe sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS



EMBARGO DECLARATÓRIO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 574706

No dia 12 de agosto de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o acórdão dos embargos da “tese do século” com repercussão geral, que dispõe sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e à COFINS.

Relembrando que a “tese do século”, definiu que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS vale a partir de 15 de março de 2017, data do julgamento; a modulação sem efeitos retroativos, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data do julgamento de 2017 e que o ICMS a ser retirado da base das contribuições é o destacado na nota fiscal.

Desembargador afasta modulação e aceita restituição em caso sobre ICMS na base do PIS/COFINS



Um desembargador de Pernambuco permitiu que uma empresa que propôs ação judicial pedindo a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, que restitua o que recolheu indevidamente nos cinco anos anteriores ao ajuizamento do processo.

Neste caso, para o desembargador a restituição só é possível, pois a ação da empresa já havia transitado em julgado quando o STF modulou a “tese do século”.

A empresa se beneficiou, conseguindo restituir o que recolheu indevidamente de PIS e da COFINS, entre maio de 2012 e maio de 2017 por conta da inclusão do ICMS nas bases das contribuições. A decisão favorável a empresa foi transitada em julgado em outubro de 2018, antes da modulação do STF.

O advogado, defendeu com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, que não é aplicável a modulação para as sentenças que transitaram em julgado antes da decisão que modulou o tema.

Fonte: [Jota Info](#)

IBRACON emite circular com orientações sobre a execução dos procedimentos de auditoria relativos ao tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS



[CIRCULAR Nº 07/2021, DE 26 DE JULHO DE 2021](#)

O Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil emitiu a circular nº 07/2021, de 26 de julho de 2021, com as orientações sobre a execução dos procedimentos de auditoria relativos ao tema da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.



Exclusão do **ISS** da Base de Cálculo do PIS/Cofins

- ❖ STF agenda julgamento para exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS

STF agenda julgamento para exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS

JURISPRUDÊNCIA STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou para entre 20 de agosto de 2021 e 27 de agosto de 2021, um julgamento virtual, para julgar a exclusão do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS, com repercussão geral reconhecida. Assim como a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

EMENTA DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E DA COFINS. CONCEITO DE FATURAMENTO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

(RE 592616 RG, Relator(a): MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 09/10/2008, DJe-202 DIVULG 23-10-2008 PUBLIC 24-10-2008 EMENT VOL-02338-11 PP-02120)



Prorrogação de Prazo de Obrigações Acessórias e Recursos Processuais

- ❖ Prorrogado o prazo de entrega da ECF (Escrituração Contábil Fiscal) para setembro/2021
- ❖ Receita Federal altera data de início da obrigatoriedade da DCTFWeb para o 3º Grupo
- ❖ Fica suspenso, até 31/12/2021, o prazo para interposição de recurso contra indeferimento da certificação de entidades de assistência social

Prorrogado o prazo de entrega da ECF (Escrituração Contábil Fiscal) para setembro/2021



[Instrução Normativa RFB nº 2.039/2021](#), prorroga o prazo final para transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), referente ao ano-calendário de 2020 e Situações Especiais de 2021, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de setembro de 2021.

Receita Federal altera data de início da obrigatoriedade da DCTFWeb para o 3º Grupo



consulcamp
DESDE 1976

Conforme a [Instrução Normativa RFB nº 2.038/2021](#), foi prorrogado para o 3º Grupo a obrigatoriedade de envio da DCTFweb sendo para os fatos geradores que ocorrerem a partir de outubro de 2021 .

A alteração no cronograma de implantação da DCTFWeb baseou-se na alteração do cronograma de implantação do eSocial, conforme Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021. Esta portaria alterou o início do envio dos eventos periódicos das pessoas físicas do 3º grupo, passando de maio para julho de 2021.

Importante: *A DCTFWeb referente outubro de 2021 deve ser, portanto, enviada até o dia 12 de novembro de 2021, tendo em vista que dia 15 de novembro, feriado nacional de Proclamação da República, é segunda-feira. Quando o prazo final de entrega da declaração não for dia útil, a apresentação deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.*

Fonte: [Receita Federal](#).

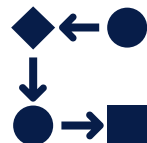
Vide art. 19, § 1º, III
da [IN RFB 2005/2021](#)

Fica suspenso, até 31/12/2021, o prazo para interposição de curso contra indeferimento da certificação de entidades de assistência social



[PORTARIA MDC Nº 647, DE 16 DE JULHO DE 2021](#)

Em virtude da pandemia do coronavírus, fica novamente suspenso, até 31 de dezembro de 2021 (anteriormente até 31 de dezembro de 2020), o prazo para interposição de recurso perante o Ministério da Cidadania, contra a decisão do indeferimento da certificação das entidades beneficentes de assistência social, para fins de isenção das contribuições para a seguridade social.



Burocracia, simplificação e fiscalização

- ❖ Receita Federal lança programa para ajudar empresas a cumprirem obrigações tributárias
- ❖ Receita Federal lança nova versão de sistema de emissão de DARF
- ❖ Instituído código de receita para recolhimento referente a reabertura de transação por adesão no contencioso tributário de pequeno valor
- ❖ Prorrogado o início de vigência das novas Normas Regulamentadoras (NR) de medicina e segurança do trabalho
- ❖ Receita Federal alerta sobre inconsistências na GFIP - Falso Simples - Malha Fiscal PJ
- ❖ Aprovado aplicativo que facilita emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para Microempreendedores Individuais (MEI) no município de São Paulo

Receita Federal lança programa para ajudar empresas a cumprirem obrigações tributárias



O Programa de Apoio à Conformidade Tributária (PAC/PJ) começou no dia 20 de julho de 2021, que visa auxiliar as empresas a cumprirem suas obrigações tributárias, para que possam evitar a fiscalização, malhas ou controles fiscais. O Programa propõe ações de orientações para incentivar a conformidade tributária, fornecendo oportunidades para que as empresas possam de adequar à legislação.

Pessoas jurídicas, com registro de transmissão sem dados na ECF do exercício 2020, foram previamente comunicadas sobre dados representativos de receitas e de movimentação financeira, informações que devem constar na ECF/2021, evitando, dessa forma, erros no preenchimento da escrituração e possibilitando a correta apuração de tributos, como objetivo de diminuir a exposição da empresa a ações de fiscalização, malhas ou outros controles fiscais.

Foram expedidas 45.012 Comunicações de Dados a Escriturar na ECF 2021, informando às empresas destinatárias, as receitas auferidas no ano de 2020 superiores a R\$ 1.000,00 e/ou recebimento de recursos em contas correntes bancárias superiores a R\$ 10.000,00.

Fonte: [Receita Federal](#).

Receita Federal lança nova versão de sistema de emissão de DARF



A Receita Federal atualizou em junho o Sistema de Cálculo de Acréscimos Legais (SicalcWeb) que é acessado diretamente pelo site da Receita na internet (www.gov.br/receitafederal), sem a necessidade de realizar download de qualquer programa, para a emissão de Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARF).

A nova versão do SicalcWeb permite a emissão do DARF com um padrão de código de barras mais moderno, aplicável, inclusive, nas situações de pagamento em atraso, o que não ocorria com modelo anterior. A implementação desse novo código para todas as receitas, contudo, está sendo feita de forma gradativa, pois exige alterações também nos sistemas de controle da dívida tributária. Com a nova versão do sistema web, o programa Sicalc AA, que precisava ser baixado e instalado pelo usuário, foi permanentemente desativado e não receberá, portanto, novas atualizações.

Fonte: [Receita Federal](#).

Instituído código de receita para recolhimento referente a reabertura de transação por adesão no contencioso tributário de pequeno valor



ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 14, DE 15 DE JULHO DE 2021

Institui o código de receita 6034 - Reabertura da Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Pequeno Valor - Demais Débitos, que deverá ser informado no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), para que seja possível efetuar o recolhimento decorrentes dos acordos de transação.

Os efeitos do ADE retroagem a 1 de julho de 2021.

Prorrogado o início de vigência das novas Normas Regulamentadoras (NR) de medicina e segurança do trabalho

PORTARIA SEPTR Nº 8.873, DE 23 DE JULHO DE 2021

A [Portaria nº 8.873, de 23 de julho de 2021](#), prorroga o prazo de início de vigência das normas regulamentadoras. O prazo foi prorrogado para 3 de janeiro de 2022, das Normas abaixo:

- NR 01 - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais, aprovada pela [Portaria SEPRT nº 6.730/2020](#);
- NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), aprovada pela [Portaria SEPRT nº 6.734/2020](#);
- NR 09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos, aprovada pela [Portaria SEPRT nº 6.735/2020](#);
- NR 18 - Condições de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, aprovada pela [Portaria SEPRT nº 3.733/2020](#);
- NR 37, diversos subitens. - Segurança e saúde em plataformas de petróleo, aprovada pela [Portaria MTb nº 1.186/2018](#).

Receita Federal alerta sobre inconsistências na GFIP - Falso Simples - Malha Fiscal PJ



A operação Falso Simples identificou que 31.899 empresas não optantes pelo Simples Nacional informaram indevidamente a condição de optante por esse regime na GFIP e no Guia de Recolhimento do FGTS.

Dando continuidade à operação Falso Simples - Malha Fiscal da Pessoa Jurídica, a RFB deverá encaminhar comunicações a 31.899 cidadãos em todo país. O objetivo é a regularização das divergências identificadas até 30 de setembro de 2021.

O aviso de autor regularização será recebido por via postal e por meio de mensagem na Caixa Postal no e-CAC da Receita Federal.

A Receita Federal espera que os contribuintes aproveitem o prazo concedido para a regularização, evitando riscos fiscais e autuações com multas que podem variar de 75% a 225% da contribuição previdenciária que deixou de ser declarada, além de juros.

Para mais informações acessar o [site do governo](#).

Aprovado aplicativo que facilita emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para Microempreendedores Individuais (MEI) no município de São Paulo



INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM Nº 11, DE 23 DE JULHO DE 2021

A [IN SF/SUREM nº 11, de 23 de julho de 2021](#), institui um aplicativo que facilita a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) destinado exclusivamente aos Microempreendedores Individuais (MEI), optantes pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI) e estabelecidos no Município de São Paulo.

O aplicativo é uma forma opcional, podendo ou não ser utilizada. O aplicativo ficará disponível nas lojas dos aplicativos Google Play (sistema operacional Android) e App Store (sistema operacional IOS).



Soluções de Consulta da Receita Federal

- ❖ Não possibilidade de créditos de PIS/Cofins sobre royalties pagos em contratos de franquias
- ❖ Indenização por dano patrimonial - efeitos na base de cálculo do IRPJ/CSLL no Lucro Real

Não possibilidade de créditos de PIS/Cofins sobre royalties pagos em contratos de franquias

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 116, DE 16 DE JULHO DE 2021

A [Solução de Consulta COSIT nº 116/2021](#), esclarece que os dispêndios pagos a título de royalties pela franqueada à franqueadora não são considerados decorrentes da aquisição de bens e serviços, e por conseguinte, não podem ser tratados como insumos para efeitos da apuração de créditos de PIS/Cofins. Por conta disso, esses valores não podem gerar créditos dessas contribuições.

Indenização por dano patrimonial - efeitos na base de cálculo do IRPJ/CSLL no Lucro Real

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 117, DE 04 DE AGOSTO DE 2021

A [Solução de Consulta COSIT nº 117/2021](#), esclarece acerca da não incidência do imposto de renda pessoa jurídica e CSLL, no regime tributário do lucro real, sobre a indenização destinada a reparar danos até o montante da efetiva perda patrimonial.

O valor recebido como excedente ao dano da indenização é considerado como acréscimo patrimonial e deve ser computado na base de cálculo desses tributos. Não se caracteriza por dano patrimonial o valor deduzido como despesa e recuperado em qualquer época, devendo esse valor recuperado ser computado na apuração do lucro real ou presumido.



Normas Contábeis CPC / IFRS

- ❖ Aprovado o documento de revisão do Pronunciamento Técnico nº 18 (benefícios a arrendatários em contratos de arrendamento/locação - Covid-19)
- ❖ Aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contrato de Seguros para 2023

Aprovado o documento de revisão do Pronunciamento Técnico nº 18 (benefícios a arrendatários em contratos de arrendamento/locação - Covid-19)



REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS N.º 18

Aprovada a prorrogação do expediente prático não mandatário às entidades, decorrentes da “prolongação da pandemia de Covid-19”.

Esse documento de revisão apresenta alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

O Comitê recomenda que a aprovação da Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 18 seja referendada pelas entidades reguladoras brasileiras visando sua adoção.

Essa resolução entra em vigor em 2 de agosto de 2021, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

Aprovado o Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contrato de Seguros para 2023



PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 50 - CONTRATOS DE SEGURO - CORRELAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - IFRS 17

Aprovado o PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 50 - CONTRATOS DE SEGURO. O documento foi elaborado a partir do IFRS 17 - Insurance Contracts.

O Comitê recomenda que o Pronunciamento seja referendado pelas entidades reguladoras brasileiras, visando a sua adoção.

A [Resolução CVM nº 42, de 22 de julho de 2021](#), torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC - 50, que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

A entidade deve aplicar o CPC 50 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.



Comércio Exterior, crédito e regulação

- ❖ Altera para 0% a alíquota do imposto de importação incidente sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação
- ❖ Banco Central consolida os procedimentos relativos a ingressos de moedas estrangeiras
- ❖ Instituído o Programa de Estimulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias

Altera para 0% a alíquota do imposto de importação incidente sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação

RESOLUÇÃO GECEX Nº 219, DE 19 DE JULHO DE 2021

A [Resolução GECEX nº 219, de 19 de julho de 2021](#), altera a Resolução CAMEX nº 90, de 13 de dezembro de 2017, que passa a ser descrita como abaixo:

8477.10.11	147	Máquinas injetoras horizontais elétricas, monocores para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de até 350t (3.500KN), unidade de fechamento com acionamento por servo- motor acoplado direto no fuso de esfera sem transmissão por polia e através de sistema de joelheira dupla de 5 pontos sendo a placa móvel apoiada sobre guias lineares, servo-motores refrigerados a ar dispensando a utilização de trocadores de calor com água para refrigeração, unidade de injeção elétrica acionada por servo-motor de alta velocidade acoplado a 1 fuso esférico alimentado pela correia atingindo a velocidade de injeção de até 280mm/s, servo-motor de dosagem com acoplamento direto no parafuso plastificador com diâmetro de 63mm, pressão de injeção de até 1.880bar com volume de	Resolução CAMEX nº 90, de 13 de dezembro de 2017
		injeção de até 904cm ³ , distância entre colunas de 830 x 830mm (H x V), altura de molde entre 350 a 700mm (min/máx), tamanho das placas 1.140 x 1.140mm (H x V), curso de abertura de até 725mm e força de extração de até 60kN, painel de comando "touch screen" TFY LCD colorido de 15 polegadas, controle operacional intuitivo com recursos gráficos e programação contra falhas de processo "zero defeitos".	

Banco Central consolida os procedimentos relativos a ingressos de moedas estrangeiras



INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 125, DE 21 DE JULHO DE 2021

A [Instrução Normativa nº 125, de 21 de julho de 2021](#), consolida os procedimentos para a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas a ingressos de moeda estrangeira com valores em reais preestabelecidos no exterior e operações de compra e venda de moeda estrangeiras e que tratam os artigos 32-A e 63 da Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013.

As instituições autorizadas a operar o mercado de câmbio devem remeter ao Banco Central mensalmente, até o dia dez do mês subsequente ao da efetiva realização da operação, e podem ser realizado por meio de um ou mais arquivos.

Instituído o Programa de Estimulo ao Crédito e dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.057, DE 6 DE JULHO DE 2021

A [Medida Provisória nº 1.057, de 6 de julho de 2021](#), institui o Programa de Estimulo ao Crédito (PEC), dispõe sobre a concessão de crédito no âmbito do PEC e sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio.

ICMS NACIONAL e ICMS /SP

- ❖ ICMS/SP - Portaria CAT 55/2021
- ❖ ICMS/SP- Produtor rural
- ❖ Ato COTEPE ICMS 47 - Gasoduto
- ❖ Ato COTEPE ICMS 45 - Setor Aeronáutico
- ❖ Resolução Confaz/ME 6/2021

ICMS/SP- Fica estabelecida a base de cálculo na saída de materiais de construção e congêneres - RICMS

[PORTARIA CAT 55, DE 30 DE JULHO DE 2021](#)

A [Portaria CAT 55, de 30 de julho de 2021](#), estabelece a base de cálculo na saída de materiais de construções e congêneres.

No período de 1º de agosto de 2021 a 30 de novembro de 2022, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo à saídas subsequentes das mercadorias indicadas no [Anexo XVII da Portaria CAT 68/2019](#), com destino localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos dos valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos entre outros, acrescido do valor calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo IVA - ST definido no Anexo Único.

Por exemplo:

Item	Descrição das mercadorias	CEST	NCM/SH	IVA-ST
32	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento	10.030.00	69.07	78%

ICMS/SP- Fica estabelecida a base de cálculo na saída de materiais de construção e congêneres - RICMS

PORTARIA CAT 55, DE 30 DE JULHO DE 2021

Art. 2º A partir de 1º de dezembro de 2022 (...)

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

1 - a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda e Planejamento levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 31 de março de 2022, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de setembro de 2022, a entrega do levantamento de preços;

2 - deverá ser editada a legislação correspondente.

§ 2º Na hipótese de não cumprimento dos prazos previstos no item 1 do § 1º, a Secretaria da Fazenda e Planejamento poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de dezembro de 2022.



ICMS/ SP - Produtor rural - Contrato de parceria rural para a produção agrícola

RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA N ° 23.996, DE 14 DE JULHO DE 2021

Consulta: O Consulente, produtor rural, que exerce atividade principal de “cultivo de milho” (CNAE: 01.11-3/02), e atividade secundária de “cultivo de soja” (CNAE: 01.15-6/00), segundo consulta ao CADESP (Cadastro de Contribuintes de ICMS do Estado de São Paulo), informa que vem firmando contratos de parceria rural e arrendamento rural, com fins à utilização de imóveis rurais. Informa, ainda, que o estabelecimento que enseja a presente Consulta Tributária é objeto de contrato de parceria rural, e que o proprietário do imóvel tem natureza jurídica de Sociedade Empresária Limitada que também exerce atividade rural. Acrescenta que o contrato em tela prevê que o Consulente utilize a terra e administre toda a produção. Cabe ao parceiro apenas ceder a terra e, em contrapartida, receber uma remuneração variável, vinculada à produção agrícola da Consulente.

Solução para o contrato de parceria rural para a produção agrícola:

- A celebração de contrato de parceria rural, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 4.504/1964, não desnatura a condição de produtor rural ou sociedade em comum de produtor rural, nos termos do artigo 4º, inciso VI, combinado com o artigo 32, §2º, ambos do RICMS/2000.
- No contrato de parceria agrícola, assim como no arrendamento rural, a terra onde ocorre a produção é considerada estabelecimento do parceiro-outorgado, quando esse é responsável por toda atividade produtiva.
- A decisão sobre os pedidos de credenciamento ao sistema e-CredRural é prerrogativa do Delegado Regional Tributário, conforme artigo 40 da Portaria CAT 153/2011.

Fica autorizado os Estados de Goiás e Rio Grande do Sul a Registrar e depositar atos normativos e concessivos relativos ao convenio do ICMS 190/17



RESOLUÇÃO CONFAZ/ME Nº 6, DE 19 DE JULHO DE 2021

Resolução CONFAZ/ME nº 6/2021 dispõe sobre a autorização dos Estados de Goiás e do Rio Grande do Sul de Registrar e Depositar, nos termos do Convenio ICMS 190/17, as relações dos atos concessivos vigentes até 8 de agosto de 2017, relativos aos benefícios fiscais instituídos por legislação estadual, que estejam em desacordo com a Constituição Federal/1988, e a documentação probatória solicitadas pela SE/Confaz.



SPED e Obrigações Acessórias

- ❖ Publicada a versão 5.0.1 do EFD Contribuições
- ❖ Publicada a versão 8.0.8 o programa da ECD
- ❖ Publicada a versão 7.0.8 do Programa da ECF
- ❖ Publicadas alterações na ECF - Novas alíquotas da CSLL
- ❖ Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS IPI
- ❖ Nova versão do manual da EFD - Reinf
- ❖ Publicada nova versão do Manual do eSocial
- ❖ Receita Federal define prazo e regras para entrega da DITR/2021

Publicada a versão 5.0.1 do Programa EFD Contribuições

Nesta versão foram flexibilizadas as regras de validação/transmissão das escriturações das Sociedades em Conta de Participação (SCP). A regra de comparação entre o COD_SCP informado no registro 0035 e o CNPJ informado no registro 0000 passa agora a emitir aviso. A regra voltará a emitir erro em uma futura versão do PGE, a ser informada com antecedência no site da EFD-Contribuições.

A atualização para a versão 5.0.1 não é obrigatória, sendo recomendada apenas para os usuários afetados pela mudança na regra acima.

Recomenda-se realizar a Cópia de Segurança de todas as escriturações contidas na base de dados, antes de instalar uma nova versão do sistema. Também é possível efetuar a nova instalação em pasta distinta da atual. Neste último caso, as escriturações já registradas não serão acessíveis diretamente pela nova versão do sistema, sendo necessário efetuar o acesso através da pasta de instalação antiga.

Clique [aqui](#) para realizar o download da nova versão da EFD-Contribuições.

Publicada a versão 8.0.8 o programa da ECD

Publicado a Versão 8.0.8 do Programa da ECD

Foi publicada a versão 8.0.8 do programa da ECD, com as seguintes alterações:

- Correção do erro na recuperação de ECD anterior com registro J801 preenchido; e
- Correção do erro na visualização da impressão do Balanço Patrimonial e da DRE; e
- Melhorias no desempenho do programa no momento da validação.

O programa está disponível no [link](#), a partir da área de downloads do site do SPED.

Publicada a versão 7.0.8 do Programa da ECF

Publicada a versão 7.0.8 do Programa da ECF

Foi publicada a versão 7.0.8 do programa da ECF, com as seguintes alterações:

- Correção do erro na geração do relatório de impressão de pastas e fichas.
- Correção do erro do botão indicador do critério de reconhecimento de receitas do registro 0010.
- Atualização da regra de validação de email informado no registro 0030.
- Melhorias no desempenho do programa no momento da validação do arquivo da ECF.

As instruções referentes ao leiaute 7 constam no Manual da ECF e no arquivo de Tabelas Dinâmicas, disponíveis no link <http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/1644>.

Publicadas alterações na ECF - Novas alíquotas da CSLL

Em virtude da publicação da Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021, convertida na [Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021](#), houve alteração das alíquotas da CSLL a partir de julho de 2021. Portanto, foram realizadas as seguintes alterações nas Tabelas Dinâmicas da ECF referentes aplicadas ao ano-calendário 2021:

1 - Tabela de Alíquotas da CSLL: Foram incluídos os códigos 5 e 6, que deverão ser utilizados para as pessoas jurídicas que tiveram alteração da alíquota de 20% para 25% e de 15% para 20% em julho de 2021, respectivamente.

- Alíquota de 9%|01012018| |9
- Alíquota de 17%|01012018|31122018|17
- Alíquota de 20%|01012018|31122018|20
- Alíquota de 20%|01032020|31122020|20
- Alíquota de 15%|01012019|31122020|15
- Alíquota de 20%-25%|01012021| |20/25
- Alíquota de 15%-20%|01012021| |15/20

Publicadas alterações na ECF - Novas alíquotas da CSLL

2 - Registro N660: Atualização da fórmula de cálculo da CSLL considerando as novas alíquotas e inclusão das linhas para cálculo da proporcionalização (0.55 e 0.56).

- 0.55|Total das Receitas Brutas Computadas no Balanço do Período - 2021|01012021|31122021|2|E|N||
- 0.56|Total das Receitas Brutas do Mês de Julho até o Final do Período - 2021|01012021|31122021|2|E|N||

3 - Registro N670: Atualização da fórmula de cálculo da CSLL considerando as novas alíquotas e inclusão das linhas para cálculo da proporcionalização (0.55 e 0.56).

- 0.55|Total das Receitas Brutas Computadas no Balanço do Período - 2021|01012021|31122021|2|E|N||
- 0.56|Total das Receitas Brutas do Mês de Julho até o Final do Período - 2021|01012021|31122021|2|E|N||

4 - Registros P500, T181 e U182: Atualização da fórmula de cálculo da CSLL considerando as novas alíquotas.

Fonte: [Site do Sped](#)

Escrituração Fiscal Digital - EFD ICMS IPI

Publicação do programa EFD ICMS IPI versão 2.7.1

Em 22 de abril de 2021 foi disponibilizada a versão 2.7.1 do PVA EFD ICMS IPI, com as seguintes alterações corretivas:

- Correção da validação do campo VL_ISS_REC_UNI do registro B470 conforme orientado no Guia Prático;
- Alteração da descrição do campo VL_ISS_REC_UNI do registro B470;
- Correção do travamento de relatórios.

O download através do link: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/sped-sistema-publico-de-escrituracao-digital/escrituracao-fiscal-digital-efd/escrituracao-fiscal-digital-efd>.

Escrituração Fiscal Digital - EFD Reinf

Nova versão do Manual de Orientação ao Desenvolvedor da EFD-Reinf

Publicado em 20 de julho de 2021 a atualização do Manual da EFD-Reinf na versão 1.5.1.1. Essa versão traz melhorias na orientação dos seguintes eventos:

R-2010 - Retenção de contribuição previdenciária - serviços tomados;

R-2020 - Retenção de contribuição previdenciária - serviços prestados;

R-2050 - Comercialização da produção por produtor rural PJ/agroindústria e

R-2055 - Aquisição de produção rural.

Para ter acesso à versão, clique [aqui](#).

Destacamos também que, em 20 de abril de 2021, foi publicada uma nova versão 1.5.01 do Manual de Orientação ao Desenvolvedor da EFD-Reinf, que está disponível [aqui](#).

Publicada nova versão do Manual do eSocial



[MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL VERSÃO S-1.0, DE 19 DE JULHO DE 2021](#)

No dia 19 de julho de 2021, foi divulgada a versão S-1.0, o novo Manual de Orientação do eSocial (MOS), consolidada até a Nota Orientativa nº 7/2021.

Para acessar o novo manual, entrar no Portal do eSocial, dentro do portal constarão as orientações constantes da nova versão e às informações prestadas de acordo com a versão S-1.0 dos leiautes do eSocial.

Os módulos web do eSocial foram atualizados para a nova versão S-1.0 do eSocial. A nova versão traz simplificações para o sistema, como preenchimento de campos ou formulários, além de a ferramenta de admissão não exigir mais o número do PIS ou CTPS do trabalhadores. Na prática, o empregador não seguirá fazendo os procedimentos usuais, não precisar alterar nada.

Receita Federal define prazo e regras para entrega da DITR/2021



INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 2.040/2021

Pessoas e empresas que são proprietárias, titulares do domínio útil ou possuidoras a qualquer título do imóvel rural estão obrigadas a apresentar a DITR, menos aquelas que são isentas ou imunes.

O contribuinte deve elaborar a declaração no computador, por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR, disponibilizado na página da Receita Federal.

O prazo para a entrega inicia em 16 de agosto e termina em 30 de setembro de 2021, caso o cidadão não transmita a DITR nesse período, pagará multa de 1% ao mês ou fração de atraso, lançada de ofício e calculada sobre o total do imposto devido.

Fonte: [Site do Governo](#)

Nota Fiscal Eletrônica

- ❖ Publicado novo schema 2021/001
- ❖ Nota Técnica 2/2021

Nota Fiscal Eletrônica

Foi publicado no portal nacional da Nota Fiscal Eletrônica o schema relativo a Nota técnica 2021/001, V_1.00. A referida Nota técnica trata da composição técnica para geração do evento de comprovante de entrega da NF-e.



Publicada a NT nº 2/2021 versão 1.10



Foi divulgada no Portal da Nota Fiscal Eletrônica, a versão 1.10 da Nota Técnica nº 2/2021, que dispõe sobre a criação e a atualização de regras de validação e campos do arquivo da NF-e para adequação à Nota Fiscal Fácil (NFF).

Vale ressaltar que o objetivo da Nota Fiscal Fácil, é o de simplificar o processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos, de vendas de mercadorias e de prestação de serviços de transporte.

Entre no site da [Nota Fiscal Eletrônica](#) para mais informações.





Previsão de indicadores econômicos

❖ Boletim Focus - Banco Central

Boletim Focus - Banco Central

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

6 de agosto de 2021

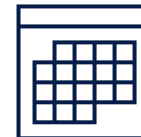
2021					2022				2023		2024	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%) 	6,11	6,79	6,88	▲ (18)	3,75	3,81	3,84	▲ (3)	3,25	▬ (56)	3,00	▬ (2)
IPCA (%)  últimos 5 dias úteis	6,32	6,88	6,94	▲ (18)	3,71	3,81	3,85	▲ (3)	3,25	▬ (49)	3,00	▬ (4)
PIB (var. %) 	5,26	5,30	5,30	▬ (1)	2,09	2,10	2,05	▼ (1)	2,50	▬ (127)	2,50	▬ (74)
CÂMBIO (R\$/US\$) 	5,05	5,10	5,10	▬ (1)	5,20	5,20	5,20	▬ (8)	5,00	▬ (4)	5,00	▬ (8)
SELIC (% a.a.) 	6,63	7,00	7,25	▲ (1)	7,00	7,00	7,25	▲ (1)	6,50	▬ (19)	6,50	▬ (15)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

Fonte: Banco Central do Brasil

<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210806.pdf>



Agenda tributária federal e estadual (SP)

- ❖ Receita Federal
- ❖ Estado de São Paulo

Agenda tributária federal e estadual (SP)

Receita Federal - [ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT Nº 10, DE 28 DE JULHO DE 2021.](#)

Divulga a Agenda Tributária Federal do mês de agosto de 2021.

Estado de São Paulo - [COMUNICADO CAT 7, DE 23 DE JULHO DE 2021](#)

Agenda tributária das Obrigações Principais e Acessórias, do mês de agosto de 2021.

Disclaimer

- Consulcamp News é um informativo realizado pela Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda., com o simples propósito de levar informações aos seus clientes e parceiros. É importante ressaltar que o informativo não pretende relacionar toda a legislação divulgada no período.
 - Recomendamos que a utilização das informações nele contidas esteja sempre acompanhada da orientação dos nossos consultores.
 - A consulta do material legislativo requer a verificação de eventuais alterações posteriores à data da elaboração do informativo.
 - Os atos tratados nesta publicação estão apresentados de forma resumida.
- Informativo elaborado em 12.08.2021.



consulcamp
DESDE 1976

Auditoria e Assessoria | Transações Corporativas
Consultoria de Negócios | Consultoria Tributária

www.consulcamp.com.br

Campinas | 19 3231.0399

São Paulo | 11 3255.8857

Goiânia | 62 3541.0184